

O fracasso das teorias éticas: uma análise a partir de Wittgenstein

Daiane Martins Rocha
Doutoranda na área de Ética e
Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo: Este artigo procura examinar o fracasso das teorias éticas em porem luz aos nossos dilemas morais. Essa discussão será feita com base nas reflexões de Wittgenstein sobre linguagem e ética, quando ele anuncia a não-proposicionalidade da ética e seu caráter transcendental como elementos-chave na compreensão desse fracasso teórico. Tem-se como objetivo examinar o caráter transcendental da Ética e propor uma saída por meio da análise da linguagem. Se não há uma relação biunívoca entre as palavras e as coisas existentes no mundo, jamais poderei descrever, por exemplo, o que seja um molho saboroso, pois a característica “ser saboroso” não é um fato que possamos descrever. Da mesma forma, não consigo descrever precisamente porque uma ação é certa ou errada ou porque alguém deva agir de uma forma e não de outra. Em ambos os exemplos sabemos que, a despeito da limitação de nossa linguagem em valorar as coisas, o molho saboroso e a ação boa ou má existem, e podemos apreender ambos pelas práticas, pois o significado dessas expressões *se mostra*.

Palavras-chave: Ética; Wittgenstein; linguagem.

Abstract: This article seeks to examine the failure of ethical theories in helping us concerning to our moral dilemmas. This discussion will be grounded in Wittgenstein’s reflections about language and ethics when he announces the non propositional and the transcendental character of the Ethics as very important elements to the understanding of this theoretical failure. We have as an aim to scrutinize this transcendental character of ethics and propose a solution through language analyzing. If there are not any bionic relation between words and the things in

the world, I could never describe, for example, what would be a tasty sauce, because the characteristic "being tasty" is not something that we could describe. In the same way, I would not describe precisely why an action is right or wrong or why someone should act in certain way and not in another. In both cases we know that, despite of the limitations of our language in attributing value to things, the tasty sauce and the right and wrong actions exist, and we can learn them both through our practices because the meaning of these expressions is *showed* for us.

Key words: Ethics; Wittgenstein; Language

Introdução

É claro que a ética não se deixa exprimir.
A ética é transcendental (TLP; 6.42-6.421).

Durante os anos que se seguiram a publicação do *Tractatus*, e posteriormente, as *Investigações Filosóficas*, filósofos e pensadores de diversas áreas se debruçaram sobre essas obras com o intuito de utilizá-las para defender seus fins. Os escritos de Wittgenstein chamaram a atenção de pensadores por temas que vão desde lógica e ciência até religião. Mas o que poderíamos falar a respeito de ética? O autor escreveu que a parte mais importante de sua obra era a não escrita, visto que a ética não se deixa expressar proposicionalmente. Embora não busquemos aqui contrariar o autor criando algum modelo ético, desejamos explorar o que seria essa visão wittgensteiniana da ética, o que acreditamos levar a constatação do fracasso das teorias éticas, já que, desde Aristóteles até Kant ou nossos dias, os dilemas éticos continuam presentes e as discussões sobre o que é o bem, a justiça, o correto e o justo persistem e são tão atuais quanto na Grécia Antiga.

Muito já se falou, a partir de Wittgenstein, sobre a distinção entre fatos e valores, sobre as limitações da ciência, a tarefa da filosofia, o papel da linguagem, sobre a ideia de que "não há proposições na ética", que o significado se dá pelo uso, além de toda a discussão sobre seguir regras. Mas como essas ideias se relacionam e como

elas nos ajudam se a maioria delas é apresentada como apenas “uma escada que deve ser lançada fora após o uso”, ou ainda, se o autor diz mais tarde que o que se pode alcançar por uma escada não o interessa? Pretendo aqui propor uma linha interpretativa que perpassa os escritos de Wittgenstein a partir de uma análise wittgensteiniana do fracasso das teorias éticas e a problematização da ética hoje a partir dessa perspectiva. Enfim, a ética possui peculiaridades dentro da abordagem wittgensteiniana que nos levam a perceber sua natureza não proposicional e, portanto, não teorizável, mas o que se segue de tal constatação? Como podemos pensar a ética hoje se todas as tentativas de “dizê-la” se mostraram fracassadas? Ou seja, os dilemas morais e as dificuldades da ética em acompanhar os avanços no campo da biotecnologia, por exemplo, continuam a nos render grandes discussões sem conclusões definitivas, e as conclusões que alguns pensadores acreditam ter dado, são facilmente questionadas. O que a posição anti-teórica de Wittgenstein tem a contribuir para a compreensão do fracasso das teorias éticas?

Ética como uma questão de gosto: uma discussão acerca do particularismo

Que tipo de ação pode ser considerada cruel? Posso determinar o sentido de crueldade ou esta é uma questão subjetiva? Esse é apenas um exemplo de como nossos conceitos muitas vezes carecem de uma definição precisa (ou pictórica, ostensiva, agostiniana), em especial, nossos conceitos éticos. Quando Wittgenstein atesta a não-proposicionalidade da ética ao escrever que a ética não se deixa exprimir, ele é interpretado por muitos como um particularista moral. Ou seja, dado o fracasso das teorias éticas, o particularismo seria a única opção viável, já que não são possíveis teorias nesse domínio.

Voltando ao nosso exemplo, Margaret Little salienta em seu artigo *Lessons on Moral Particularism* que há infinitas formas de se ser cruel e em diferentes níveis. O fato de não podermos especificar os limites do que é crueldade não significa que não haja ações cruéis. Outro

exemplo dado pela autora para deixar clara sua posição particularista e o porquê dela é o de um molho de espaguete. Podemos definir o molho de espaguete em termos químicos e facilmente descrevê-lo, mas quando me refiro a um saboroso molho de espaguete, a descrição química já não suporta e nem qualquer outra. Não há como definir, teorizar o que seja um saboroso molho de espaguete, embora isso não negue a existência de molhos saborosos.

Segundo Little (*In Elliott, 2001, p.168*), quando dificuldades como esta do molho de espaguete envolvem conceitos morais temos a sensação de que o particularista pode estar certo, pois, se nossas categorizações morais não podem ser usadas para responder a qualquer coisa no mundo, a moralidade acaba por ser uma questão de gosto.

Partindo desse pensamento, o particularismo mostrado por Margaret Little nega que nós possamos codificar as demandas por justiça e o peso que deve ser dado à autonomia, pois as propriedades morais seriam imprecisas, vagas, inexatas, e não nos fornecem um conteúdo exato porque realmente não é possível que isso seja feito, porque a ética, wittgensteinianamente falando, não é teorizável.

Porém, enquanto leitoras de Wittgenstein, tanto Little quanto eu concordaríamos que para o autor a ética é vista nesses termos: embora não possa ser abarcada por nossas limitadas teorias, as discussões acerca dela seguem existindo enquanto desejo de dizer algo sobre o sentido, o que se mostra em nossas ações. Dessa forma, a impossibilidade de abarcar o fenômeno moral em teorias não significa que Wittgenstein declare o fim da ética, e, por conseguinte, que nenhuma ação seja reprovável, correta ou errada moralmente.

Esclarecendo esse ponto temos o exemplo da *Conferência sobre Ética*, onde Wittgenstein apresenta que o que é bom e mal se mostra, mesmo que não possamos dizer em termos objetivos:

Suponhamos que eu soubesse jogar bem tênis e alguém de vocês, ao verme, tivesse dito “Você joga bastante mal” e eu tivesse contestado “Sei que estou jogando mal, mas não quero fazê-lo melhor”, tudo o que poderá dizer

o meu interlocutor seria “Ah, então tudo bem”. Mas suponhamos que eu tivesse contado a um de vocês uma mentira escandalosa e ele viesse e me dissesse “Você se comporta como um besta” e eu tivesse contestado “Sei que minha conduta é má, mas não quero comportar-me melhor”, poderia ele dizer “Ah, então tudo bem”? Certamente não. Ele afirmaria “Bem, você deve desejar comportar-se melhor”(WITTGENSTEIN *In*: DALL’AGNOL, 2005, p.217).

Assim, o fato de não podermos definir o que seja o bom ou o correto não implica que não existam ações boas e corretas. Estou chamando atenção para o fato de que a ética trilha caminhos tortuosos ao tentar englobar todas as ocorrências em generalizações, e que, conforme a leitura que faço de Wittgenstein, a ética em nada se assemelha com a ciência, de modo que generalizações e teorias não fazem parte de seu escopo.

Se não podemos criar teorias, o que a ética abrange afinal?

Após estudar os escritos de Wittgenstein no *Tractatus*, o chamado primeiro Wittgenstein e as *Investigações*, o segundo Wittgenstein, construí uma linha interpretativa que não vê tanta diferença entre os dois, mas sim uma continuidade. Deixando de lado as habituais críticas ao *Tractatus* em relação à forma como Wittgenstein ligava linguagem e mundo numa relação biunívoca, que nos levava a uma concepção agostiniana de linguagem criticada por ele mesmo na obra posterior, o que permanece é a distinção entre fatos e valores.

Para o autor, os fatos do mundo eram aqueles a partir dos quais podiam ser feitas teorias, e seriam parte do âmbito da ciência. Por outro lado, os valores, as considerações sobre o bom, o belo tão importantes para a ética e a estética, não poderiam ser ditas ou teorizadas, por não serem fatos do mundo mas sim tentativas de expressar algo para além dele. Assim, para Wittgenstein os valores não eram teorizáveis, mas se mostravam. Ou seja, eles estão presentes em nossos discursos, mas não podem ser tratados da mesma maneira que ciência trata de seus objetos.

Desse modo, independentemente das limitações admitidas pelo próprio autor, seus escritos põem luz acerca de problemas básicos que as teorias éticas enfrentam. Por exemplo, a dificuldade de se definir autonomia e até que ponto um indivíduo é ou não autônomo em situações de debilidade física, até que ponto o agir beneficente não é paternalista, porque a maioria de nós tem restrições ao imperativo categórico que nos impediria de mentir para proteger um amigo, ou de quebrar uma promessa ao não devolver uma arma a alguém que pretende cometer um assassinato. Os dilemas morais provenientes do conflito entre os princípios na Bioética também nos chamam atenção para uma característica da ética apontada por Wittgenstein: ela faz parte do âmbito dos valores, e para esses, não há teoria ou descrição factual possível. As questões do sentido não são teorizáveis, elas “se mostram”, como escreve o autor no *Tractatus*. Mas e quando esse mostrar não é tão óbvio?

Essas e inúmeras outras questões práticas que nos aparecem ao longo de nossos estudos e vivências refletem a precariedade de nossas teorias éticas e a impossibilidade que elas têm de abarcar a complexidade que cada situação pode trazer consigo, e por isso mesmo, podem e devem continuar sendo discutidas, pois, como prevê o autor “o que ela diz [a ética] nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento, mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente [...]” (WITTGENSTEIN *In*: DALL’AGNOL, 2005, p. 224).

O que podemos perceber é que, se por um lado as tentativas de sistematizar a ética podem ajudar a resolver dilemas, como no caso dos princípios da beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça, que buscam guiar a aplicação de regras na prática biomédica, a fragilidade na aplicação desses princípios é evidente quando se precisa optar por um deles e a importância de cada um deles não é algo mensurável. No caso de conflito entre os princípios, o que vai clarear a situação e mostrar o que deve ser feito são as práticas, o conhecimento da situação e o bom senso do profissional da saúde, por exemplo. E se concordamos com isso, podemos dar algum mérito

ao chamado segundo Wittgenstein, que em sua discussão sobre seguir regras salienta o papel da prática e dos significados que se mostram pelo uso.

A continuidade no pensamento do *Tractatus* e das *Investigações* se dá na medida em que, na primeira obra o autor delimita o âmbito da ética e mostra porque esta não pode ser teorizada, enquanto que no chamado segundo Wittgenstein nos são dadas ferramentas para tratar da ética, que não provém do método científico, mas do aprendizado através das práticas. É como se no *Tractatus* ele deixasse claro que não podemos tratar a ética com o método científico, dado que na ética se trata de valores e não de fatos, e nessa obra posterior ele mostrasse como a ética “se mostra”, não-proposicionalmente, em nossas práticas.

A discussão sobre seguir regras, encontrada nas *Investigações*, pode nos ajudar a refletir sobre como pensar a ética pós-Wittgenstein, e que a ausência de um conteúdo factual não nos afaste da compreensão do modo correto de agir, pois esse se mostra, dada uma determinada circunstância. E assim como o conteúdo de uma regra é apreendido pela prática, ou seja, sua correta aplicação vem da prática, da mesma forma ocorre na ética e nas nossas ações morais: podemos perceber o que é correto ou não, mesmo que não possamos teorizar a respeito.

A partir das *Investigações*, podemos perceber ainda que uma visão não teórica da ética se aproximaria muito mais da proposta apresentada pelo ilustre filósofo grego Aristóteles, de uma ética baseada na sabedoria prática (*phronesis*) que das interpretações particularistas, pois podemos saber como agir, não há um relativismo, mas sim uma postura de sabedoria prática diante dos dilemas morais, ao invés de pensarmos em termos de regras e/ou imperativos. Ou seja, há um modo correto de agir em uma situação, mas essa não é determinada por uma teoria ética, não tenho como justificar porque você deve desejar se comportar melhor, como no exemplo citado anteriormente, embora eu esteja certa de que diante de um mau comportamento, o que seria correto fazer se mostra. Por isso não podemos aceitar um particularismo a partir de Wittgenstein. Do fato de eu não poder

construir uma teoria ética que englobe todas as situações moralmente imagináveis e como as pessoas deveriam agir em cada uma delas não se segue que não exista ética, que não exista uma moralidade que se mostra. Ou como no exemplo dado por Little, só porque não consigo enumerar características que garantam a total descrição de um saboroso molho de espaguete, não significa que não possa haver tal molho.

Assim, existe ética, existem ações morais corretas e incorretas, pessoas que agem de formas boas ou más, e mesmo que o bom, o correto o incorreto etc. não sejam passíveis de definição, são “mostrados” a nós pelas práticas, e não por meio de imperativos e regras que circundam as teorias morais. Com base na *phronesis*, posso saber tranquilamente em que situação me é correto mentir para proteger meu amigo de um assassino e eu posso ajudá-lo porque o admiro, não preciso agir de modo totalmente não-passional para que uma ação seja moral.

Nessa perspectiva, embora Wittgenstein não se refira ao *status* da ética nas *Investigações* (já que no *Tractatus* escreveu que esta seria não proposicional por ser transcendental), a discussão acerca da linguagem e atribuição de significado, bem como a constatação da tarefa terapêutica da Filosofia (terapia da linguagem) nos permite refletir o status da ética hoje e tentar explicar esse “fracasso das teorias éticas” que propomos no título desse artigo, que se dá na medida em que elas propõem métodos algorítmicos de tomadas de decisões ou, simplesmente, correm contra os limites da linguagem.

De acordo com nossa leitura de Wittgenstein a ética se serviria das mesmas observações descritas pelo autor em relação à aplicação de regras, pois o fato de compartilharmos uma prática nos dá a habilidade de seguir uma regra, assim como o viver em uma determinada sociedade nos dá a habilidade para o agir moral, sem que a ética seja apresentada em termos de imperativos e normas.

O papel da experiência: como a ética se mostra

Nas *Investigações Filosóficas* Wittgenstein introduz a noção de seguir regras com o exemplo das regras de um jogo de xadrez, que passam a fazer sentido no ensino e no exercício diário do jogo, pois segundo o autor uma regra não é algo que seja seguido apenas por uma pessoa uma vez na vida, é uma prática social, não privada, assim como a própria linguagem (Cf. WITTGENSTEIN, 1996, §197).

Além disso, a interpretação da regra não determina seu significado, ao que o autor sugere que somos treinados para termos uma determinada reação frente a um signo, de modo que, embora uma regra pudesse ser interpretada de alguma forma diferente, pela prática apreendemos que tipo de reação devemos ter a este signo, ou conforme o exemplo, com o exercício diário do xadrez, perceberei qual o significado que cada regra me traz neste contexto. Wittgenstein apresenta esta concepção ao escrever que “alguém só se orienta por uma placa de trânsito na medida em que houver um uso contínuo, um costume” (WITTGENSTEIN, 1996, §198).

A partir disso, Wittgenstein reforça a idéia de que há uma concepção da regra que não é uma interpretação, pois se podemos seguir a regra, podemos também contradizê-la, ao que o autor acrescenta que acreditar seguir uma regra não é o mesmo que segui-la, pois, analogamente a cumprir uma ordem, seguir uma regra é algo para o qual somos treinados e reagimos a elas de um modo determinado.

Aqui já percebemos como resolvido para Wittgenstein que, embora as pessoas possam interpretar a regra no sentido de substituir uma expressão da regra por outra expressão, a regra possui um conteúdo, o que se mostra no caso, pelo fato de podermos transgredir ou seguir as regra (Cf. WITTGENSTEIN, 1996, §198). Logo, não acreditamos que seja possível atribuir ao autor das *Investigações* um ceticismo de regras ou mesmo um particularismo, conforme abordamos anteriormente citando Little.

Wittgenstein mostra que um ceticismo de regras não é concebível, pois inviabilizaria a linguagem comunicativa, de tal modo que, aceitar a ideia de que minhas sensações são incomunicáveis pela linguagem e dizer que, por exemplo, “só eu sei o que sinto quando digo que estou com dor de dente”, inviabiliza a existência de regras, e não só isso, mas toda a linguagem que utilizamos para escrever este trabalho se torna sem sentido, pois você poderia interpretar as palavras de uma forma completamente diferente do sentido que damos a elas. Desse modo, da discussão sobre seguir regras não se segue um ceticismo, pois a ressalva que o autor faz sobre o papel da prática para a apreensão da regra não gera a defesa de que seja impossível seguir uma regra, apenas que *a regra sozinha é vazia*, pois precisa de exemplos para que se apreenda do modo correto qual seja seu conteúdo normativo.

Cito Wittgenstein (1996, p. 293) “há regras também, mas elas não formam nenhum sistema e apenas quem passa pela experiência pode empregá-las corretamente. Sem semelhança com as regras do cálculo”. Nessa passagem das *Investigações*, Wittgenstein escreve a respeito do aprender e ensinar o conhecimento dos homens e salienta que, embora existam regras, somente uma pessoa experiente pode aplicá-las corretamente, diferentemente das regras do cálculo. Ou seja, o aprendizado de alguns conhecimentos, como a linguagem, não ocorre através de procedimentos algorítmicos como uma aplicação de formas matemáticas, já que, por exemplo, se identificamos o significado de uma palavra como sendo seu uso na linguagem (Cf. WITTGENSTEIN, 1996, §43), além de um conhecimento prévio, precisamos observar que significado está sendo atribuído à palavra em um determinado contexto, enquanto que uma regra matemática será aplicada independentemente de fatores externos. Todavia, constatar o papel da experiência para o aprendizado de regras não as torna impossíveis de serem seguidas ou compreendidas, nem leva a um relativismo, pois, se seguir uma regra é uma prática, que depende de aceitarmos que nossa linguagem não é privada, e que podemos compreender uns aos outros, dizer que a experiência é importante na

aplicação de regras ou no aprendizado da linguagem não é outra coisa senão constatar que seguir uma regra, dar ordens etc. são hábitos, conforme ressalta Wittgenstein nas *Investigações*, e nada há de cético nessas observações.

Para que uma regra possa ser seguida ou violada, ela não pode ter diversas interpretações, pois isto a tornaria sem sentido. Um exemplo simples pode nos esclarecer esta questão: Se estivermos perdidos e avistarmos uma placa de orientação, dessas de trânsito, ela pode nos auxiliar se soubermos o que ela significa, e costumamos saber, talvez porque aprendemos seu significado em um centro de formação de condutores, ou porque vimos outras pessoas agindo de determinada forma ao avistarem esta placa, de modo que, de uma maneira ou de outra, sabemos o que esta placa quer dizer, por exemplo, que há um retorno alguns metros à frente. Porém, se eu não reconheço a placa e interpreto que ela esteja querendo me dizer outra coisa, poderei atribuir um novo significado à placa e correr o risco de causar um acidente de trânsito. Isso ocorre porque a placa tem um conteúdo normativo; ela me fala acerca das possibilidades que tenho a frente, como por exemplo, de que devo parar em um cruzamento.

Para Wittgenstein, uma regra tem um conteúdo normativo, assim como no exemplo que demos da placa de trânsito, e as possíveis interpretações que sejam feitas de uma regra serão, na verdade, novas regras, pois terão outros conteúdos normativos.

O que podemos concluir nesse momento é que, embora as regras possam não funcionar tão bem como havíamos suposto quando as fixamos (WITTGENSTEIN, 1996, §125), elas possuem um conteúdo. Vale ainda ressaltar que com isso não se está defendendo um platonismo normativo, e que, apesar disso, essa posição de Wittgenstein em relação a seguir regras costuma levar a calorosas discussões entre cognitivistas e não cognitivistas sob o ponto de vista metaético. De acordo com nossa leitura das *Investigações* percebemos que não se trata de considerar que existam fatos morais (e que as regras possuam um conteúdo normativo) ou que não existam (e

devamos aceitar um ceticismo no que se refere possibilidade de seguir uma regra), ou ainda, que consideremos várias interpretações de uma regra, acarretando o relativismo. A questão é que, as regras podem ser seguidas objetivamente, e a experiência exerce um papel importante para a apreensão do conteúdo delas, para seu aprendizado.

As regras tratam daquilo que queremos compreender, mas só compreenderemos realmente pelas práticas. Saber as regras de um jogo não lhe garante ser um bom jogador. Saber a composição de um molho de tomate não garante que você saiba preparar um delicioso molho, ou mesmo, que saiba definir precisamente como seja tal molho. Regras, imperativos e teorias éticas, de forma análoga às regras de um jogo, procuram abarcar o que se quer conhecer, no caso, o fenômeno moral, mas assim como no exemplo do jogo ou do aprendizado da linguagem, elas são insuficientes para o agir e para definir precisamente qual a forma correta de se agir diante de um dilema moral. Na verdade, o que buscamos mostrar através de nossa leitura de Wittgenstein é que o fracasso das teorias éticas em nos ajudarem em relação aos dilemas morais se dá por essa tentativa frustrada de tentar teorizar algo que jamais poderá ser completamente abarcado por teoria alguma, e que essa impossibilidade faz parte da própria essência da ética, por essa tratar de valores e não de fatos.

Conclusão

Concebemos assim que o caráter não proposicional da ética é algo inerente a ela própria, de modo que temos esse “fracasso” como essência. “Fracasso”, na medida em que nenhuma teoria ética resolveu ou resolverá todos os nossos dilemas morais, “fracasso” porque a ética enquanto tentativa de expressar valores, não pode ser redutível a um discurso meramente factual de teorias, regras e imperativos.

Se aceitarmos que a ética é transcendental, poderemos perceber que, assim como não alcançamos as respostas acerca do sentido da vida, jamais alcançaremos proposições definitivas em ética. Isso não invalida a discussão e não nos omite de agir moralmente, pois

o conteúdo moral é apreendido pelas nossas práticas, conforme visto nas *Investigações*. Tal postura em relação à ética também não invalida um discurso em torno de princípios, desde que eles sejam concebidos como guias de ação e não como fórmulas prontas de como agir. A ética não se dá de forma algorítmica.

Com isso, o que buscamos mostrar aqui é que mesmo que continuemos incessantemente em busca de respostas nas teorizações a respeito da ética, essa tendência do espírito humano de busca pelo sentido jamais encontrará uma resposta última, isto é, uma resposta aos nossos dilemas jamais será possível proposicionalmente, pois a ética enquanto busca por esse sentido não comporta uma resposta nos moldes científicos aos quais estamos habituados e que nada tem a ver com o âmbito dos valores.

Assim, a reflexão da ética a partir de Wittgenstein nos leva muito mais a uma ideia de sabedoria prática, prudência e virtude, que podem ser apreendidas através de nossas práticas cotidianas, que de uma ética teórica, cheia de teorias, regras e imperativos vazios.

Referências

LITTLE, M. O. Wittgensteinian Lessons on Moral Particularism. In: ELLIOTT, C. *Slow cures and bad philosophers: Essays on Wittgenstein, Medicine, and Bioethics*. Durham and London: Duke University Press, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus* (Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos). São Paulo: Edusp, 1993.

_____. Conferência sobre Ética (Trad. Darlei Dall’Agnol). In: DALL’AGNOL, D. *Ética e Linguagem: Uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis/São Leopoldo: UFSC/Unisinós, 2005.

_____. *Investigações Filosóficas* (Trad. Marcos G. Montagnoli). São Paulo: Nova Cultural, 1996.